

OS ÍNDIOS NO PAÍS DO FUTURO: UMA LEITURA DA REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA EM *QUARUP*, DE ANTONIO CALLADO

Humberto Torres

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor uma leitura da representação dos povos indígenas no romance *Quarup*, de Antonio Callado. Para tanto, levou-se em consideração as tensões estabelecidas com os intelectuais, principalmente os de cunho conservador e violento. Considerando as recentes informações divulgadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade concernentes ao impacto da repressão e da cultura de violência promovidas pelo governo militar contra esses grupos sociais, propomos uma atualização da discussão.

Palavras-chave: ditadura; povos indígenas; Comissão Nacional da Verdade; Antonio Callado

Ferreira Gullar sintetizou a experiência da primeira leitura que realizou de *Quarup* na imagem de um rio que ganha potência em seu fluir, tornando-se mais profundo em seu leito até desaparecer, permanecendo vivo, no entanto, subterraneamente. Este rio, diz ele, some diante de nossos olhos com o golpe militar de 1964, mas, adverte, “quem tem bom ouvido podia escutar-lhe o rumor debaixo da terra” (GULLAR, 1967, p. 251). A água, símbolo maior das emoções e do inconsciente, aparece volumosa na imagem, em movimento constante, ganhando extensão e profundidade até ser tragada para baixo da terra. O poeta parece se referir aqui ao sonho da sua geração, alimentado por iniciativas com promissor potencial de transformação social, como as ligas camponesas e as campanhas de alfabetização a partir do método Paulo Freire, logo devidamente frustradas pela repressão.

Hoje, pensando na metáfora de Gullar, torna-se quase inevitável associar esse fluxo de águas turbulentas, reprimido sob grossa camada de terra, também aos traumas coletivos impostos pelo autoritarismo. Assim como o rio submerso do poeta maranhense, o romance de Antonio Callado, também se atualiza em suas significações, resistindo a interpretações que o aprisionam ao contexto de sua publicação, a situá-lo como o livro-símbolo da “Revolução Brasileira”, como queria Gullar em 1967. Ligia Chiappini, em ensaio produzido nos anos 90, além de considerar a parcialidade das leituras realizadas no calor da época da publicação de *Quarup*, como a de Ferreira

Gullar, inundadas de expectativas operadas em grande medida por fatores externos à obra, sinaliza também a atualidade do romance.

(...) ele é capaz de mudar enquanto perdura, pondo em cena, interrogando e obrigando os leitores a interrogar lugares-funções-símbolos da nossa memória individual e social, capazes de durar enquanto se transformam e que, por isso mesmo, exigem um trabalho permanente de decifração (1992, p. 100).

Passadas cinco décadas do lançamento de *Quarup*, a obra continua sendo um marco no que diz respeito à representação do período que antecedeu e, por fim, culminou no golpe militar. E, mais importante que isso, expôs as feridas da formação social e intelectual do país. A breve menção que Antonio Candido faz a Callado no ensaio "A nova narrativa" sintetiza bem o modo como *Quarup* foi em grande medida compreendido pela crítica. Para Candido, com a publicação do romance, Callado se tornara o "primeiro cronista de qualidade do golpe militar" (2011, p. 253). O termo cronista, usado talvez como uma referência à atividade jornalística de Callado, inevitavelmente parece circunscrever a leitura da obra aos fatos históricos em si, que, por certo, a ensinam, sem, todavia, limitar seu vasto alcance interpretativo. Em suma, a obra se liberta das amarras do tempo porque toca no ponto nevrálgico em que se situa a dinâmica social brasileira, estabelecendo, portanto, sintonia com o hoje, uma vez que há uma verdadeira permanência dessa dinâmica social no presente, talvez com outros disfarces.

Chiappini (1992) ressalta pelo menos dois aspectos levantados pelo romance que evidencia a vocação em tocar as feridas sociais do país. São eles: o discurso multifacetado do que seria o Brasil e a "análise das relações entre intelectual e povo" (p.102). A fim de contribuir para essa discussão, me proponho a realizar uma leitura da representação dos povos indígenas em *Quarup*, tendo em vista que, além de serem uma dessas vozes que compõem o retrato plural do Brasil a que se refere a ensaísta, eles também fazem coro ao coletivo algo amorfo que a palavra povo sugere, em tensão com representantes da intelectualidade brasileira.

Além disso, graças aos resultados provenientes dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, tornados públicos em 2014, sabe-se hoje que os povos indígenas estão entre os grupos sociais mais duramente perseguidos pelos militares e ao mesmo tempo são os que tiveram esses sofrimentos mais invisibilizados por todas as instâncias da sociedade. Se pensarmos em termos de ações oficiais do Estado brasileiro, os

governos Sarney (1985-90), Collor (1990-2) e Itamar (1992-5) sequer trataram o tópico ditadura militar sob qualquer viés. Já no governo Fernando Henrique (1995-2003), foram criadas leis e comissões para conceder indenização a desaparecidos políticos, sem, no entanto, contemplar os povos indígenas. No governo Lula (2003-2011), foi publicado aquele que pode ser considerado o primeiro relatório da verdade do Brasil, intitulado *Direito à memória e à verdade*. A importância dessa publicação está, antes de mais nada, no fato de que se trata da primeira vez que o Estado brasileiro apresentou sua visão sobre justiça de transição (Cf. Atencio, 2014). Um dos resultados é de que nas suas mais de 500 páginas não há nenhuma menção às violências perpetradas contra os povos indígenas.

Não foi apenas o sonho de parte da classe média brasileira escolarizada e moradora de grandes cidades a ser tragado para baixo da terra com o golpe de 1964, como se convencionou pensar no país. As vidas de diversos povos indígenas foram diretamente atingidas pela ditadura. Ler *Quarup* à luz dessas descobertas é fundamental, sobretudo a fim de se complexificar o papel do índio na obra.

O enredo da obra compreende da metade dos anos 50 até o início da vida brasileira pós-golpe militar. A presença do índio se concentra principalmente na primeira parte, mas as sombras da experiência de Nando no Xingu se fazem sentir por todo romance, como a escolha do título inclusive sugere. O romance é protagonizado por Nando, um padre morador de uma pequena cidade pernambucana que se prepara para ir ao Xingu realizar um trabalho de catequese e alfabetização dos índios, numa referência clara ao projeto das missões jesuíticas que vigoraram no período colonial. A visão ingênua do jovem padre não apenas sobre os índios, mas também sobre os conflitos sociais envolvendo donos de terras e camponeses em sua paróquia de origem, vai ganhando novos contornos, resultado de um processo natural de amadurecimento e contato com as complexidades sociais das quais vivia apartado até então.

Quando eclode o golpe militar, Nando, já sem a batina, está de volta a Pernambuco trabalhando nas Ligas Camponesas. É preso e torturado. Como resultado, recolhe-se no litoral abandonando temporariamente a luta política. Inspirando-se em Levindo, um idealista de esquerda morto por fazendeiros ainda na primeira parte do romance, Nando retoma o ativismo, assumindo o nome do companheiro abatido. Paralela à descoberta política e social, há também a descoberta pessoal do personagem.

O estudo crítico sobre *Quarup* (2014) tem frequentemente se detido na análise da construção do ideário de esquerda, representado a partir da figura do Padre Nando e

sua autodescoberta ao longo do romance, que é também a descoberta do país. Obviamente não se pode perder de vista o processo pelo qual passa o personagem, que é um intelectual, cuja formação até a fase adulta subentende-se que ocorreu essencialmente escorada na teoria dos livros. No entanto, vale observar também que militares de alta patente, políticos e cientistas se revezam na narrativa em defesa de ideais conservadores, de uma política autoritária de achatamento do outro, o que acaba por jogar luzes sobre a falsa premissa de que os intelectuais são indivíduos necessariamente humanizados.

Com o golpe militar, o projeto de país defendido por Nando sucumbe. O homem associado à natureza passa a representar o atraso do país, que, até o início da década de 60, era predominantemente agrário. A chegada dos militares ao poder gera um surto de urbanidade que transforma o perfil da nação em pouco tempo. Assim, considera Marcelo Ridenti, “de 1950 a 1970, a sociedade brasileira passou de majoritariamente rural para eminentemente urbana, com todos os problemas sociais e culturais de uma transformação tão acelerada” (2015, p. 87). Um dos objetivos dos militares em relação aos indígenas era justamente profissionalizá-los, para que assim abrissem mão das terras, que seriam devidamente distribuídas para agricultores. Conforme muito bem fundamenta Rubens Valente, em seu *Os fuzis e as flechas* (2017), não se tratava de um acordo escuso, mas de uma política de Estado amplamente defendida pelo exército brasileiro.

A cultura dominante, dessa forma, não raramente, atribui a esses grupos marginalizados valorização negativa, submetendo-os a um crivo deformante em suas representações (Cf. CANDIDO, 2006; DALCASTAGNÈ; THOMAZ, 2011). Uma atribuição recorrente aos índios em *Quarup* (2014) é o de bárbaro. Francis Wolff (2004) apresenta três sentidos para o termo e uma revisão deles pode ser útil para o entendimento do lugar que ocupam na narrativa. O primeiro sentido diz respeito a um estágio arcaico de socialização, sendo também o que povoa o imaginário popular. Aqui as imagens do canibal que vive despido na selva ou do camponês não educado, ambos distantes dos elementos de civilidade próprios da cidade grande, são recorrentes. Nesse estágio, o bárbaro é o bruto grosseiro, que ignora os bons modos, estando supostamente incluído “num estágio inferior da evolução *política*, num estágio pré-civil ou, pelo menos, pré-urbano” (idem, p. 21).

O segundo sentido está associado à insensibilidade para o saber ou à beleza representada pelas artes. Nesse caso, o bárbaro também assume uma regressão do ponto

de vista cultural. Por fim, o terceiro e último tipo está relacionado à perda de qualquer sentimento humanitário, resultando em manifestações de desumanidade descontrolada. Em *Quarup*, os dois primeiros sentidos são os que ganham destaque, enquanto o terceiro nunca é atribuído aos índios. Trata-se de uma visão construída por uma elite dominante e certa classe média branca que percebe o outro, aqui sempre ligado à natureza, como “o indivíduo, a etnia, a sociedade, a cultura que parece estranha aos valores ao mesmo tempo mais elevados e mais evoluídos da humanidade” (ibidem, p. 25).

No ensaio “Educação após Auschwitz” (2003), Adorno considera que o simples acesso à educação formal não é capaz de evitar a barbárie. O caso da Alemanha, país de enorme contribuição cultural para a humanidade que se tornou palco do abominável em pleno século XX, momento em que as descobertas técnico-científicas não cessavam de encantar o mundo, é um tenebroso exemplo disso. Diversos intelectuais prestaram serviço às forças de repressão, produzindo filmes que propagandeavam a ideologia nazista, concebendo as câmaras de gás, trabalhando na logística dos campos de concentração. Enfim, trata-se de um crime cometido racionalmente, levado a cabo com a frieza dos burocratas.

Adorno avalia que, com o fim da guerra, o principal objetivo da educação passa a ser impedir que o nazismo se repita. Para tanto, deve-se empreender um exercício de autorreflexão crítica a fim de que todos adquiram consciência das forças que levaram à eclosão do holocausto, se tratando, portanto, de um movimento de resistência ao comportamento desprovido de empatia com a dor do outro. Voltando a pensar no caso do autoritarismo brasileiro, está evidente que não houve um exercício de reflexão sobre a ditadura, ao menos não na escala devida, e as consequências disso se fazem sentir hoje.

Ao pensar a relação entre Direitos Humanos e literatura, Antonio Candido considera estarmos na primeira era da humanidade em que a possibilidade de solucionar alguns dos nossos mais graves problemas se mostra finalmente real, devido ao significativo avanço técnico do período recente. Ele não deixa, porém, de sinalizar a contradição de seu próprio pensamento, observando que ainda vivemos em um mundo em que a barbárie continua crescendo, mesmo associada ao máximo de civilização. Para Candido, há, no entanto, um alento. A barbárie pode continuar ganhando terreno, mas não seu elogio. Para o autor, haveria no país um constrangimento mais ou menos generalizado em se defender certas ideias reacionárias.

Publicado em 1988, "O direito à literatura" conversa diretamente com o Brasil recém-saído de mais de vinte anos de ditadura. Com as primeiras eleições diretas para presidente desde 1964, ocorridas, portanto, apenas três anos antes da publicação do ensaio de Candido, se estabelece no país uma espécie de arrefecimento das forças conservadoras no poder até então. A historiadora Denise Rollemberg (2011) não deixa de ironizar que todos aparentemente se transformaram em resistentes e democratas com o fim do regime. Atualmente, já não lidamos com esse constrangimento. Para falar com Michael Löwy (Texto On-line), a recente agitação de rua conservadora no Brasil encontra no saudosismo da ditadura militar seu aspecto mais sinistro. A ascensão do pensamento conservador que observamos hoje não deixa de contar com o protagonismo de intelectuais. A breve revisão do caso a seguir pode ser útil para a reflexão do tema.

Eduardo Viveiros de Castro, em prefácio de *A queda do céu* (2015), de Davi Kopenawa e Bruce Albert, lembra o mais recente trabalho do antropólogo americano Napoleon Chagnon sobre o povo yanomami. Chagnon é responsável por difundir a imagem dos Yanomami como "uma tribo de gente suja, primitiva e violenta" (2015, p. 25), que se constituiria por "autômatos genéticos movidos pelo imperativo de maximização do potencial reprodutivo dos grandes 'matadores'" (Idem). O trabalho do americano, que tem entre seus livros mais famosos o intitulado *O povo feroz*, foi desacreditado por uma série de pesquisadores, que refutaram as supostas evidências etnográficas e estatísticas. Basta dizer que a obra, marcada e comprovadamente racista e reacionária, foi publicada no Brasil pelo grupo Folha. É nesse contexto que o livro de Kopenawa se lança, observa Viveiros de Castro, "no país dos Pondés, dos Narloch, dos Reinaldos Azevedos e dos Rodrigues Constantinos" (ibidem).

Sobre isso, André Comte-Sponville diz: "O crápula polido não é uma fera, nem um selvagem, nem um bruto: pelo contrário, é civilizado, educado, e por isso indesculpável" (*apud* WOLFF, Francis, 2004, p.28). É o caso do personagem Lauro, apresentado em *Quarup* como etnólogo, sociólogo e polígrafo, "grande especialista em lendas brasileiras" (2014, p. 264). Ele compõe uma expedição cujo objetivo é localizar e demarcar o centro geográfico brasileiro. Em certo ponto, ele e seus companheiros são feitos reféns por uma tribo indígena castigada pela diarreia, que, de tão frágil, não consegue mais pescar e caçar, por isso passa a depender dos membros da expedição para sobreviver. Nessa situação em que sua vida está posta em risco, Lauro sai em defesa de que se atire contra os índios, aos quais ele chega a se referir por "macacos

ferozes” (2014, p. 325), numa demonstração clara de que a vida do indígena pouco valor possui em relação à de homens como ele. Assim, afirma:

“Débeis mentais, ignorantes! É ridículo, ouviram bem, ridículo em qualquer parte do mundo sacrificar homens civilizados e cultos a selvagens. Nunca se fez isto! Nunca se fará isto! A gente pode não exterminar bugres. Pode tentar educar bugres. Mas não vamos nos deixar matar estupidamente por bugres à beira do rio Xingu quando temos fuzis e muita munição. Basta liquidar um idiota desses a tiro para os outros nos obedecerem.” (2014, p. 332-333)

O eurocentrismo, tal como compreendem Ella Shoat e Robert Stam (2006), é a tônica do pensamento de Lauro, para quem a lógica de superioridade da cultura ocidental sobre a não-ocidental é indiscutível. Outro personagem da obra que poderia se vincular à intelectualidade é o coronel Ibiratinga, defensor da tortura e até mesmo das mortes que ocorreram durante a Inquisição, tem uma cultura que se assemelha a de um teólogo, segundo avaliação de Nando. Além disso, defendeu uma tese “sobre os *Verdadeiros entraves ao desenvolvimento do Brasil*” (2014, p. 418), na Escola Superior da Guerra. A passagem que apresenta o encontro entre o coronel e Nando é marcada não apenas pelos impropérios defendidos por aquele, mas, sobretudo, pelo descompasso entre os elementos de civilidade – as palavras de gentileza, a erudição da conversa, a oferta de café e cigarros – e a brutalidade da qual Nando é vítima, tendo em vista que está preso. Coronel Ibiratinga é agente de opressão de Nando, mas o trata com cordialidade. A sala em que ocorre o encontro entre os dois é iluminada, de onde se vê ao longe algumas árvores e uma faixa de céu azul, lugar de cortesia e amabilidade, é contraposta à cela escura ocupada por Nando, espaço da violência, em que imagens de loucura e morte assombram o personagem.

A cena ganha potência em seu desenrolar. Quando deixa a sala do coronel, Nando é conduzido de volta à cela e é apresentado ao eletricitista, torturador que ganha essa alcunha por aplicar choques nos presos. O horror não está distante, mas associado às demonstrações de civilidade. Coronel Ibiratinga, por um lado, representa aquilo que a civilização tem de mais elevado, o conhecimento, os bons modos, por outro, vincula-se à monstruosidade da violência desmedida.

Em *Intelectuais à brasileira* (2001), Sérgio Miceli se debruça sobre a formação do intelectual brasileiro e suas relações com o poder político e econômico, apresentando argumentos que confirmam que boa parte da elite culta, da qual faz parte Lauro, defende valores conservadores. Ele considera, entre outras coisas, que, durante a Era Vargas,

período em que transcorre a ação anteriormente destacada na narrativa, os intelectuais “estavam muito mais vinculados aos figurões da elite burocrática do que aos dirigentes partidários ou às facções políticas de seus respectivos estados” (p. 198), o que os colocava em cargos com altos salários, além de possuírem uma série de regalias. Portanto, distante das atividades partidárias, ausentes da discussão salutar de ideias e dos conflitos da gente, essa elite intelectual trabalhava para a “preservação dos anéis de interesses de que são os mais legítimos porta-vozes e os principais beneficiários” (p. 212).

Os povos indígenas detinham e detêm terras, daí a necessidade de exterminá-los discursiva e materialmente. Por isso, eles se encontraram entre os grupos sociais mais perseguidos pela ditadura militar. Nesse sentido, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é revelador. O relatório esmiúça a forma como as tribos eram tratadas pelos militares, tendo muitas vezes suas habitações destruídas por incêndios criminosos. O relatório afirma que “foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão” (idem, p. 205), destacando, no entanto, que existem fortes indícios de que o número de casos seja exponencialmente maior, o que dificultaria até mesmo uma estimativa.

O desfecho de *Quarup* (2014) se dá nos primeiros anos da ditadura militar com a escolha de Nando de persistir na luta contra a repressão, disposto a inclusive pegar em armas, se preciso fosse. Como já foi dito, a obra apresenta o projeto de país defendido pela esquerda através das transformações pelas quais passa o protagonista, assim como revela o pensamento autoritário e conservador de parte da nossa intelectualidade. Em outro campo, o passado colonial vibra na representação dos índios que vivem no Xingu. Anos de servidão são representados na sociedade quase feudal do interior pernambucano. O livro de Callado parece se debater com a mesma pergunta apresentada por Adauto Novaes citando Spengler: “O que é a política civilizada de amanhã em oposição à política cultivada de ontem?” (*apud* NOVAES, 2004, p. 14).

A crença de estarmos destinados ao amanhã nos põe de costas voltadas para nosso passado e nosso presente, encenando uma eterna recusa de nós mesmos. Sobre isso, o crítico literário americano Benjamin Moser observa que “acreditar no progresso não era, portanto, acreditar no Brasil. Era o contrário: consistia em ter a esperança de que a história do país podia ser negada. Consistia em acreditar que o Brasil poderia escapar de si mesmo” (p. 14). O desprezo de ontem e de hoje pela vida dos povos

indígenas simboliza bem o desejo de negar nossa história, de apagar os rastros das escolhas que nos conduziram até aqui. Por isso mesmo, nosso passado, que é um passado de violência e exploração, está longe de nosso convívio, ausente dos museus, ignorado pelos nossos monumentos.

Já festa do *quarup*, que dá título à narrativa, é uma cerimônia funeral, em que a tribo, através de danças, canto e torneio de *huka-huka*, celebra o tuxaua morto. Trata-se de uma experiência em que se revive, no seio da tribo, ao mesmo tempo, a evidência da morte e a expectativa da vida. Dessa forma, “a tribo se fortalece, retirando do antepassado morto inspiração e alento, e transforma a morte em vida” (COSTA, 1998, p. 12). Esse movimento é também o que o próprio romance de Callado se propõe realizar, sofrendo as mortes de nossa formação social e celebrando a resistência de uma cultura humanista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. “Educação após Auschwitz”. In. _____. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Notas de Literatura I*. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012. (Coleção Espírito Crítico)
- ATENCIO, Rebecca. *Memory's Turn: Reckoning with Dictatorship in Brazil*. Madison: Wisconsin UP, 2014.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)
- CALLADO, Antonio. *Quarup*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- _____. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CHIAPPINI, Ligia (1992). “Nem lero nem clero: historicidade e atualidade em Quarup de Antonio Callado”. *Revista brasileira de Literatura Comparada*. São Paulo. n. 2, p. 97-108.
- COSTA, José Edison. *Quarup: tronco e narrativa*. 2 ed. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1998.

- DALCASTAGNÈ, R. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- DALCASTAGNÈ, R.; THOMAZ, P.C. (orgs.) *Pelas margens: representação na narrativa brasileira contemporânea*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2011.
- GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012a.
- _____. *Literatura, violência e melancolia*. São Paulo: Autores Associados, 2012b. (Coleção ensaios e letras)
- GULLAR, Ferreira. Quarup ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 251-258, 1967.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LÖWY, Michael. País vive onda de modernismo reacionário, diz Michael Löwy. [08 de junho de 2015]. *Jornal O Povo*. Entrevista concedida a Eleonora Lucena. (Texto on-line, disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/06/08/noticiasjornalvidaearte.3449924/pais-vive-onda-de-modernismo-reacionario-diz-michael-lowy.shtml>). Acesso em: 02 de setembro de 2015.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NOVAES, A. “Crepúsculo de uma civilização”. In. _____. *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das. Letras, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2015.
- ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SHOAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- WOLFF, F. “Quem é bárbaro?”. In. NOVAES, A. (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das. Letras, 2004.